



ATA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – CMDRSS

Data: 13/02/2020

Horário: 10:00 horas

Local: Avenida São João, 473 – 4º Andar - Galeria Olido

Participantes:

André Ruoppolo Biazoti (Instituto Kairós); Angéle Proust (estudante convidada); Antonio Teixeira (SMSUB/DA); Cristina Abi Jabbour (SMDET/Cosan); Cyra Malta (SMSUB/DA); Débora Sahyun (EDR.SP/CDRS); José C. G. Alves (CMSP); Luis Henrique Marinho Meira (SMDET/Cosan); Maria Alice S. F. Rosmarinho (CMSP); Maria de Lourdes Duarte (Agricultora Zona Leste); Maria Lucia Bellenzani (RAPPA); Paulo Cesar Saraiva (SAA/CDRS – EDR SP); Raquel Rizzi (SFA-SP/MAPA); Vanda Costa (Movimento de Agricultora Urbana Z. Oeste).

Aos treze dias do mês de janeiro de 2020 foi realizada a 2º reunião ordinária do ano de 2020 da nova gestão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS, Biênio 2020/2021.

Iniciada a reunião o presidente do CMDRSS Luis Henrique Marinho Meira cumprimenta a todos os presentes e expõe a pauta com os seguintes itens: leitura e aprovação da ATA anterior; GT de Mulheres Agricultoras; Aprovação das duas moções; Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PMADRSS; Indígenas do Jaraguá e Informes.

Seguindo os trabalhos foi decidido que a ATA de Jan/20 será enviada por e-mail para posterior aprovação. André sugeriu que os órgãos e entidades membros do conselho deem breves informes sobre seus respectivos trabalhos que sejam mais relevantes e tenham aderência com a temática tratada no conselho. Maria Alice lembrou que entre as atividades da Comissão Permanente de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo esta o debate sobre políticas de



pagamento por serviços ambientais, tema de interesse deste conselho. José Carlos relatou que a Escola do parlamento da CMSP poderá ser um local de divulgação de ações do CMDRSS e, que se assim o CMDRSS decidir, poderá estudar uma forma de aproximação com o responsável pela Comissão de Política Urbana também da CMSP. Houve uma frente parlamentar sobre Sustentabilidade e que foi importante para construir, por exemplo, a Lei de orgânicos para a merenda escolar e que será um bom espaço para divulgação, por exemplo do PMADRSS e ainda que é possível, por meio de contato com o Cerimonial, utilizar salas e auditórios da CMSP para alguma atividade específica. E finalmente que a EMASP, junto à escola do parlamento, eventualmente poderá estruturar um curso sobre desenvolvimento rural ou mesmo segurança alimentar, compras públicas ou DAP, se assim provocados.

Como encaminhamento para a próxima reunião, André se propôs a fazer uma apresentação sobre cenário geral do PMADRSS. Foi comentado que o Depto. de Agricultura da SMSUB, por meio das Casas de Agricultura Ecológicas, poderiam ser uma maneira de divulgar e levar o PMADRSS para mais perto dos agricultores. Mais uma vez foi comentado sobre a necessidade da realização de reuniões regionais.

Na sequência Maria Lúcia apresentou de forma sintética o trabalho do GT das Mulheres. Enfatizou que na reunião de Abril/20 fará uma apresentação mais completa com dados e informação que ainda estão sendo compiladas e organizadas. Comentou que um dos grandes desafios dos encontros é a questão logística, pois existem agricultoras de todas as partes da cidade que participam. Informou que a rede nasceu nesse CMDRSS, criada em Abril/18 e a 1ª reunião da Rede foi em maio/18. Desde então foram realizados encontros em toda a cidade. O 3º encontro foi o maior e aconteceu na Aldeia Kalipetã; nessas reuniões surgiram algumas prioridades e demandas como, acesso à terra, ATER para todos, comercialização de produtos dentre outros. Um dado que seria interessante se ter é o de quantas hortas urbanas e peri-urbanas há em SP e quantas são gerenciadas por mulheres.

A visibilidade da rede está crescendo bastante e foi explicado que este é um grupo sócio-técnico. O caso da Rede de Mulheres foi apresentado em um congresso em Recife em 2019 onde o público ficou surpreso em saber que há agricultura em São Paulo e principalmente gerenciada por mulheres. A metodologia utilizada é a da auto-organização e dentre os desafios está o como atingir um maior número de agricultoras.



Foi informado que foi criada uma página no Facebook para aumentar a projeção da rede. As reuniões ocorrem aos sábados e nem todas podem participar devido ao trabalho no campo. Com relação à assessoria técnica, uma ideia seria que fossem escolhidas, pelos seus próprios grupos, uma ou duas mulheres que sejam pontos focais. Desde a sua criação, ano de 2018, ocorreram oito reuniões. Um dos objetivos da rede é o aumento do protagonismo das mulheres na construção de políticas públicas.

Há muito apoios como do CDRS, Instituto Feira Livre, Instituto Chão e a SMDET. Hoje a Rede encontra-se em processo de planejamento e captação de recursos.

Raquel informou que no dia 8 de março às 14h haverá a Marcha de Mulheres na Paulista e no dia 07 de Março, haverá um encontro na SOF (Sempreviva Organização Feminista) pela manhã. André acrescentou que seria interessante chamar mulheres da região metropolitana. Maria Lúcia comentou que a Rede participou do Edital Tide Setubal, por meio da Vila Nova Esperança e que chegou até o final, mas que não foram selecionadas e que seria importante o grupo receber capacitação de como participar de Editais. Vanda enfatizou a importância da utilização da ferramenta de Editais para os Projetos e informou sobre CCSP tem uma rádio que poder usada e que é uma oportunidade de usar para divulgar o que é feito no CMDRSS. Após, foi informado que o Plano Agroecológico de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PMADRSS) está em andamento e que a reserva financeira para a contratação dos serviços de revisão ortográfica, diagramação e impressão já foi feita e que os trâmites administrativos estavam sendo encaminhados.

O Próximo assunto foi a questão dos Indígenas do Jaraguá. André disse que o terreno ao lado da Aldeia se encontra em um processo legal de desmatamento e sugeriu fazer uma visita técnica e que o pleno do CMDRSS precisa defender as comunidades indígenas e agricultores. Foi informada que a área em questão é Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e de que segundo rumores, a FUNAI não foi consultada. Foi levantada a possibilidade de ser enviada uma moção para o Prefeito Bruno Covas ou ainda para a Secretaria Municipal de Licenciamento (SEL) sobre a “não consulta”, mas não houve consenso e se chegou à conclusão que sem informações precisas, não seria adequado o envio da mesma. Foi decidido que um grupo fará uma visita ao local para colher mais informações. Sobre a Moção dos Engenheiros levantada na reunião



de Jan/20, de aumentar o efetivo, Domingos ficou de enviar uma Minuta ao CMDRSS, conforme informado na última reunião. A segunda moção, com relação à multa da Cooperapas, Paulo César ficou de enviar uma minuta para o Luiz Henrique Bambini da CODAE (SME).

Foi comentado que a Concessionária Enel não permitirá a venda de produtos oriundos das hortas que se encontram nos Linhões de Transmissão de Energia no local e não será permitida a circulação de terceiros nas áreas concedidas, e, ainda, que pretende regulamentar quais culturas poderão ser plantadas nesses locais de produção.

Outro informe foi sobre a coleta de lixo no Jardim Damasceno, foi informado por Antônio que foram tirados mais de 50 caminhões de lixo, e que pelo entendimento da Amlurb, a área é reconhecida como grande gerador de lixo e, como tal, não cabe a colocação de caçambas de lixo para coleta. Justificaram a ausência: Luzia, Andrea, Araci Miguel, Glenn e Sueli. Expirado o horário da reunião os trabalhos foram finalizados.